

LEONARDO SARMENTO

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E TEMÁTICAS AFINS

Capítulos Exclusivos Voltados ao Novo CPC

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Leonardo Sarmento

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S246c

Sarmiento, Leonardo.

Controle de constitucionalidade e temáticas afins : com inferências e cog-
nições articuladas do novo CPC em capítulos exclusivos / Leonardo Sarmento.
- Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2015.
ix, 1062 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-8440-246-5

1. Controle da constitucionalidade – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. 3.
Direito constitucional – Brasil. I. Título.

CDD – 342.81

Sumário

Apresentação da obra:	1
Prefácio 1	3
Prefácio 2	7
Prefácio 3	9
Título I - Estudo Preliminar - Teoria da Constituição e Antecedentes para o Estudo do Controle de Constitucionalidade	11
Prólogo: Concepções Tópicas das Constituições em Preliminar Ensaio	13
CAPÍTULO 1. Teoria da Constituição: O que há de relevante no Direito Internacional e a realidade brasileira.	
Constituição, Estado, Política e Democracia.....	17
1. Noções Preliminares.....	17
2 A Política e a Constituição	20
3. A Política à Margem da Constituição	23
4. A Política e a Constituição em Sentido Complementar.....	28
Notas.....	30
Referências Bibliográficas.....	35
CAPÍTULO 2. Teoria da Constituição: Direito e Moral	
Por Posner e Dworkin.....	37
1. Aspectos Introdutórios	37
2. O Pragmatismo Moral de Posner	38
3. A Contradita Dworkiniana	40
Referências:	43
CAPÍTULO 3. Aspectos Relevantes ao Estudo do Direito Constitucional Contemporâneo – A Representatividade dos Princípios e o Modelo dos Precedentes	45
1. Noções Preliminares.....	45
2. Princípios: O Retorno do Pêndulo e a Busca de Equilíbrio.....	46

3. Jurisprudência Constitucional Vinculante e a Importação da Cultura dos Precedentes.....	50
4. Segurança Jurídica: Alteração da Jurisprudência e Discussão sobre os Efeitos Temporais	53
5. Considerações Finais.....	55
Notas.....	56
Referências Bibliográficas.....	61
CAPÍTULO 4. Abordagem Mínimo-Necessária da Atuação do Supremo Tribunal Federal e seu Papel Contramajoritário.....	63
1. Atuação do Supremo Tribunal Federal	63
2. Papel Contramajoritário.....	64
O Papel Contramajoritário do Supremo Tribunal Federal	64
Referências Bibliográficas.....	70
Título II - Uma Nova Forma de se Pensar a Constituição – A Evolução da Hermenêutica Constitucional	73
CAPÍTULO 5. Constitucionalismo e Introdução ao Neoconstitucionalismo.....	75
1. Constitucionalismo.....	75
A. Constitucionalismo Clássico	76
B. Constitucionalismo moderno.....	77
2. Introduzindo o Neoconstitucionalismo.....	77
Referências Bibliográficas.....	78
CAPÍTULO 6. Neoconstitucionalismo	79
Notas.....	90
Referências Bibliográficas.....	90
CAPÍTULO 7. O Ativismo Judicial como Modelo Constitucionalizado a Partir de uma Leitura Crítica	91
1 Ativismo Judicial – Leitura Crítica a Par de um Modelo Constitucionalizado	91
2 O Novo Juiz – Servidor Público ou Agente Político?	100
Notas.....	102
Referências Bibliográficas.....	104
CAPÍTULO 8. A Dignidade da Pessoa Humana	105
Nota	107
Referências Bibliográficas.....	108

CAPÍTULO 9. Os Princípios da Supremacia da Constituição e da Unidade	109
Referências Bibliográficas.....	112
CAPÍTULO 10. Acesso à Justiça	113
1. Panorama Geral.....	113
2 A Limitação do Acesso à Justiça e a Aproximação dos Controle Concentrado e Difuso de Constitucionalidade	116
Referências Bibliográficas.....	119
CAPÍTULO 11. Normatividade da Constituição	121
1. Histórico Evolutivo.....	121
2. Uma Síntese do Processo	124
Referências Bibliográficas.....	127
CAPÍTULO 12. Interpretação Constitucional	129
1. Conceito	129
2. Especificidades da Interpretação Constitucional.....	129
3. Métodos de Interpretação Constitucional	130
A. Método Integrativo ou Científico-Espiritual	131
B. Método Tópico	131
C. Método Concretista.....	132
3.1 Método Concretista de Konrad Hesse.....	133
3.2. Método Concretista de Friedrich Müller.....	134
3.3 Método Concretista de Peter Häberle	134
4. Princípios de Interpretação Constitucional.....	135
4.1 Princípio da Unidade da Constituição	136
4.2 Princípio da Concordância Prática ou Harmonização	137
4.3 Princípio da Força Normativa da Constituição.....	137
4.4 Princípio da Máxima Efetividade	137
4.5 Princípio do Efeito Integrador	138
4.6. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	138
4.7 Princípio da Proporcionalidade	138
Notas.....	139
Referências Bibliográficas.....	140
CAPÍTULO 13. Modernas Técnicas de Interpretação Constitucional....	143
1. Noções Preliminares.....	143
2. Declaração de Inconstitucionalidade Sem Pronúncia de Nulidade ..	143
3. Declaração de Inconstitucionalidade com Apelo ao Legislador.....	144

4. Interpretação Conforme a Constituição.....	145
Notas.....	146
Referências Bibliográficas.....	146
CAPÍTULO 14. Eficácia e Efetividade.....	147
1. Existência, Validade, Eficácia e Efetividade	147
2. Eficácia e Efetividade	148
Referências Bibliográficas.....	151
CAPÍTULO 15. Estudo da Proporcionalidade.....	153
1. Aspectos Gerais da Doutrina de Alexy e Dworkin	153
2. Da Correta Aplicação do Postulado da Proporcionalidade como Estrutura.....	155
3. Da Proporcionalidade e da Razoabilidade. Critérios Distintivos.....	156
4. Colisão entre princípios e o controle de constitucionalidade: Casos Concretos	157
4.1 Caso concerto 1: DNA forçado - Integridade física versus direito ao conhecimento da paternidade.	157
4.2 Caso concreto 2: Direito à intimidade versus direito a honra	159
4.3 Caso concreto 3: ADI 4814 – Biografias Não Autorizadas – Nossa Interpretação Parcialmente Divergente e a decisão do STF.....	160
Referências:	167
Título III - Estudo do Controle de Constitucionalidade em Sentido Estrito	171
CAPÍTULO 16. Normas Formais e Materialmente Constitucionais – Distinções.....	173
1. Inconstitucionalidade Formal Sob o Pálio Discursivo do Controle de Constitucionalidade	173
2. Inconstitucionalidade Material Sob o Pálio Discursivo do Controle de Constitucionalidade	174
3. Um outro Foco de Análise – Análise Sobre a Constituição em Si	176
Referências Bibliográficas.....	177
CAPÍTULO 17. Normas Constitucionais no Tempo	179
1. Noções Preliminares.....	179
2. Recepção – Linhas Gerais	179

3 Desconstitucionalização das Normas Constitucionais	180
4. Fenômeno da Não Recepção e Inconstitucionalidade	
Superveniente	180
5. Repristinação e Peculiares Diferenças	183
Notas	187
Referências Bibliográficas	188
CAPÍTULO 18. Constitucionalidade e Inconstitucionalidade -	
Linhas Gerais para o Estudo do Controle de Constitucionalidade	189
I - A Inconstitucionalidade	189
1. Conceito de Inconstitucionalidade	189
1.1. A Inconstitucionalidade como Relação	189
1.2. O Aspecto Trilátero da Relação de Inconstitucionalidade	191
1.3. Conceito Jurídico de Inconstitucionalidade	192
2. A Inconstitucionalidade Perante as Constituições Flexíveis	193
3. A Inconstitucionalidade Perante as Normas	
Programáticas, Supraprogramáticas, Imediatamente	
Preceptivas e de Eficácia Diferida	194
4. Noção de Intensidade da Inconstitucionalidade	196
5. Controle de Constitucionalidade e o Conceito	
de Inconstitucionalidade	197
5.1 Noções Preliminares	197
5.2. Finalidade do Controle de Constitucionalidade	198
5.3. Objeto do Controle de Constitucionalidade	199
5.4. Solução de Problemas do Controle de Constitucionalidade	199
5.4.1. Declaração de Inconstitucionalidade Sem Declaração	
de Nulidade. Uma Interpretação Dialética	199
5.4.2 A Hierarquia de Valores na Constituição: Controle	
da Constitucionalidade de suas Normas	201
5.4.3 Controle de Inconstitucionalidade Face	
a Normas Supraprogramáticas	204
5.4.4 Inexistência de Inconstitucionalidade Face	
à Constituição Tomada como um Todo	205
5.4.5 Processo de Inconstitucionalização da Lei	206
6. Considerações Finais	207
Referências Bibliográficas	208

CAPÍTULO 19. Sistemas e Modalidade de Controle de Constitucionalidade.....	211
1. Noções Preliminares.....	211
2. Supremacia da Constituição.....	212
3. Parametricidade Constitucional	214
4. Natureza do Órgão de Controle	219
4.1 Controle Político	219
4.2 Controle Judicial	220
4.3 Controle Híbrido.....	221
5. Quanto ao Momento Exercido do Controle.....	221
5.1 Controle Preventivo	221
5.2 Controle Repressivo	226
6. Órgãos Judiciais que Exercem o Controle	229
6.1. Controle Difuso.....	230
6.2. Controle Concentrado	232
7. Modo de manifestação do Controle	233
8. Quanto a Finalidade do Controle	234
Referências Bibliográficas.....	236
CAPÍTULO 20. Um Estudo Comparado Controle de Constitucionalidade e a Questão da Legitimidade para Jurisdição Constitucional	239
1. Noções Preliminares	239
2. Estados Paradigmas de Controle	239
2.1. Controle de constitucionalidade nos Estados Unidos da América	240
2.2. Controle de Constitucionalidade na Áustria	242
2.3. Controle de Constitucionalidade na Alemanha	244
2.4. Controle de Constitucionalidade na França	245
2.5. Controle de Constitucionalidade no Canadá	248
3. O Exercício da Jurisdição Constitucional.....	249
3.1. O Debate entre Carl Schmitt e Hans Kelsen	251
3.1.1. Carl Schmitt	251
3.1.2 Hans Kelsen	255
3.2. Democracia Substancialista versus Procedimentalista	257
3.2.1. Procedimentalismo de Habermas	258
3.2.2. Substancialismo para Dworkin	260

4. Considerações Finais.....	262
Referências Bibliográficas	263
CAPÍTULO 21. Histórico das Constituições no Brasil e	
Continuidade com o Estudo do Controle de Constitucionalidade.....	269
1. O Controle de Constitucionalidade e sua História	
nas Constituições Brasileiras.....	269
1.1. Constituição de 1891	270
1.2. Constituição de 1934.....	270
1.3. Constituição de 1937	271
1.4. Constituição de 1946.....	271
1.5. Constituição de 1967.....	271
1.6. Constituição de 1988.....	272
2. Sistemas de Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	273
2.1. Classificação das Espécies de Inconstitucionalidade	273
2.1.1. Quanto ao Parâmetro - Formal ou Material	273
2.1.2. Quanto à Conduta ou Objeto - Por Ação ou por Omissão ...	275
2.1.3. Quanto à Extensão - Total ou Parcial	275
2.2. Momentos de Realização do Controle de Constitucionalidade...	276
2.2.1. Preventivo ou Prévio.....	277
2.2.2. Repressivo ou Posterior	278
2.3. Formas de Controle de Constitucionalidade.....	279
2.3.1. Quanto à competência - Concentrado ou o Difuso	279
2.3.2. Quanto à Finalidade – Abstrato ou Concreto	
e a Teoria da Abstrativização.....	280
2.3.3. Quanto à Pretensão – Objetiva ou Subjetiva	
e Efeitos Transcendentes dos Motivos Determinantes.....	283
3. Aplicação do Controle da Constitucionalidade	284
3.1 Competência, Legitimidade e Matéria	284
3.2. Ações em Espécie. Introdução ao Estudo das Ações	
de Controle de Constitucionalidade	286
3.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADI)	286
3.2.2. Ação Direta de Constitucionalidade Genérica (ADC).....	291
3.2.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade	
por Omissão (ADO)	293
3.2.4. Ação Direta de Inconstitucionalidade	
Interventiva (ADI interventiva)	295

3.2.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	296
3.3. Técnica da Lei ainda Constitucional – Inconstitucionalidade Progressiva	298
4. Considerações Finais	300
Notas	301
Referências Bibliográficas	305
CAPÍTULO 22. Controle Difuso de Constitucionalidade	309
1. Notas Preliminares e Evolução Histórica	309
2. Pressupostos de Admissibilidade do Controle Concreto	314
2.1. Requisitos Subjetivos	314
2.2. Requisitos Objetivos	315
3. O Controle Incidental de Normas no Supremo Tribunal Federal	321
3.1. Panorama Geral	321
3.2. O Papel do Senado Federal na Polêmica Visão de Gilmar Ferreira Mendes	323
3.3 A Suspensão pelo Senado Federal da Execução de Lei Declarada Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988	329
4. Notas Peculiares sobre o Controle Incidental na Constituição de 1988	331
4.1 Panorama Geral	331
4.2. A Ação Civil Pública como Instrumento de Controle de Constitucionalidade	331
Notas	337
Referências Bibliográficas	341
CAPÍTULO 23. Recurso Extraordinário e Alguns Aspectos Processuais	343
1. Hipóteses de Cabimento do Recurso Extraordinário	343
2. Prequestionamento	345
3. Prévio Esgotamento da Instância Ordinária	347
4. Efeito Suspensivo Excepcional do Recurso Extraordinário	348
Notas	351
Referências Bibliográficas	351
CAPÍTULO 24. Cabimento Simultâneo do RE e do Resp	353
Referências Bibliográficas	354

CAPÍTULO 25. Repercussão Geral.....	355
1. Noções Preliminares.....	355
2. A Repercussão Geral como Conceito Jurídico Indeterminado: Uma Opção do Legislador.....	356
3. Análise da Atuação do Supremo Tribunal Federal na Conceituação da Repercussão Geral no Julgamento dos Recursos Extraordinários	359
4. A Definição de Repercussão Geral para a Doutrina	361
Notas.....	363
Referências Bibliográficas.....	364
CAPÍTULO 26. Criação do Plenário Virtual – EC 45 – Celeridade e Eficiência	367
1. Exposição	367
2. Sobrestamento.....	368
2.1. Mérito.....	368
2.2. Impacto	369
Referências Bibliográficas.....	369
CAPÍTULO 27. Estudando o Princípio da Reserva de Plenário.....	371
1. Controle de Constitucionalidade	371
2. Princípio da Reserva de Plenário.....	374
3. Reserva de Plenário e o STF	375
3.1. Reserva de Plenário x Inconstitucionalidade já Declarada pelo Tribunal ou pelo STF	376
3.2. Reserva de Plenário x Afastamento de Lei sem Declaração de Inconstitucionalidade.....	378
3.3. Reserva de Plenário x Simples Ausência de Aplicação da Lei por não Haver Subsunção	378
3.4. Relação entre a Reserva de Plenário e os Princípios.....	379
3.5. Reserva de Plenário x Interpretação que Restringe Aplicação de Norma	380
3.6. Reserva de Plenário x Reconhecimento de Constitucionalidade	381
3.7. Reserva de Plenário x Não Recepção Constitucional	381
3.8. Reserva de Plenário x Indeferimento de Medida Liminar.....	382
3.9. Reserva de Plenário x Recursos Extraordinários	383
4. Considerações Finais	384

Referências Bibliográficas.....	384
CAPÍTULO 28. Ação Civil Pública e Mandado de Segurança	
Coletivo como Instrumento de Controle de Constitucionalidade.....	387
1. Noções Preliminares.....	387
2. A Ação Civil Pública: Efeitos e Limites	
Subjetivos da Coisa Julgada.....	388
3. Distinções Atinentes a ACP E ADI.....	390
4. Divergência nos Âmbitos da Jurisprudência e da Doutrina	392
5. Mandado de Segurança Coletivo como Instrumento de Controle....	396
6. Considerações Finais.....	399
Referências Bibliográficas.....	401
CAPÍTULO 29. Controle Concentrado: Estudo	
Comparativo das Ações de Controle em Linhas Gerais.....	403
1. Noções Preliminares.....	403
2. Ações Próprias em Controle de Constitucionalidade.....	404
3. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	406
3.1. Natureza do Objeto da ADI	406
3.2. Limite Espacial na ADI.....	408
3.3. Limite Temporal na ADI.....	409
3.4. Prisma de Apuração da ADI	413
4. Ação Direta de Constitucionalidade (ADC)	417
4.1. Pressuposto de Admissibilidade da ADC	418
4.2. Limite Espacial na ADC	419
5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ...	420
5.1. Pressuposto de Admissibilidade da ADPF	423
5.2. Natureza do Objeto da ADPF	425
5.3. Limite Espacial na ADPF	427
5.4. Limite Temporal na ADPF	428
Referencias Bibliográficas.....	430
CAPÍTULO 30. Breve Nota: ADI e ADC como Ações Dúplices.....	431
Nota	432
Referências Bibliográficas.....	432
CAPÍTULO 31. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	433
1. Noções Preliminares.....	433
2. A Omissão Inconstitucional	434
3. Tipos de Omissão Inconstitucional	436

4. Ações de Controle da Inconstitucionalidade por Omissão	439
5. Parâmetro de Controle das Omissões Inconstitucionais	440
6. Objeto do Controle Abstrato da Constitucionalidade Omissiva.....	443
6.1. Distinção entre Disposição e Norma.....	444
6.2. Objeto Propriamente Dito do Controle da Constitucionalidade dos Atos Omissivos.....	448
7. Interesse Processual nas Ações de Controle Abstrato de Constitucionalidade Frente aos Tipos de Omissões Inconstitucionais.....	449
8. Técnicas Decisórias no Controle Abstrato de Constitucionalidade dos Atos Omissivos.....	454
8.1. Técnicas Decisórias na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	454
8.2. Técnicas Decisórias da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Autônoma Utilizada no Controle da Constitucionalidade Omissivo	456
9. Fundamentos do Controle das Omissões Relativas pelas Vias de Fiscalização dos Atos Comissivos	457
10. Controle da Inconstitucionalidade da Omissão Parcial e Vedação da Atuação do Juiz como “Legislador Positivo”	459
11. Precedentes Ilustrativos da Superação de Inconstitucionalidades Omissivas Relativas pelas Vias do Controle da Constitucionalidade por Ação.....	463
12. Técnicas Decisórias de Enfrentamento das Omissões Constitucionais Relativas.....	466
13. Possibilidade de Indenização por Danos Decorrentes de Omissão Inconstitucional.....	468
14. Considerações Finais	470
Notas.....	471
Referências Bibliográficas.....	489
CAPÍTULO 32. Pontuais Diferenças entre o Mandado de Injunção e a ADI por Omissão.....	497
1. Noções Preliminares.....	497
2. Notas para Comparativos sobre ADI por Omissão	497
3. Noções Gerais acerca do Mandado de Injunção	498
4. ADI por Omissão e Mandado de Injunção - Distintivos	499

4.1. Quanto à Legitimidade.....	499
4.2. Quanto à Competência	499
4.3. Quanto à Parametricidade	501
4.4. Quanto à Pretensão Deduzida em Juízo	501
4.5. Quanto à Finalidade.....	502
4.6. Quanto à Possibilidade de Liminar	502
4.7. Quanto aos Efeitos da Decisão	502
5. Considerações Finais	503
Notas.....	504
Referências Bibliográficas.....	505
CAPÍTULO 33. Mandado de Injunção em Sua Nova Concepção.....	507
1. Aspectos Introdutórios	507
2. Legitimidades (ativa e passiva) no MI.....	508
3. Competência no MI	509
4. Procedimento e os efeitos da decisão no MI.....	510
5. Ativismo (Judiciário Ativo)?	512
Notas.....	513
CAPÍTULO 34. Arguição de Descumprimento de	
Preceito Fundamental	515
1. Noções Preliminares.....	515
2. Descumprimento.....	516
3. Parametricidade.....	517
4. Subsidiariedade	519
5. Modalidades	519
6. Competência	521
7. Legitimidade.....	522
8. Objeto	524
8.1. Atos normativos	525
8.1.1. Atos Normativos Primários e Secundários	525
8.1.2. Atos Federais, Estaduais e Municipais.....	526
8.1.3. Atos Anteriores e Posteriores à Constituição	526
8.2. Atos Não Normativos	527
9. Processo.....	527
10. Decisão e Efeitos.....	529
11. Controvérsia Constitucional Relevante	530
12. Considerações Finais	530

Notas.....	531
Referências Bibliográficas.....	532
CAPÍTULO 35. Representação Interventiva	535
1. Conceituando	535
2. Representação Interventiva Federal	536
3. Objeto.....	537
4. Princípios sensíveis	540
5. Competência	542
6. Legitimidade.....	542
7. Procedimento	543
8. Medida Liminar	545
Notas:	548
CAPÍTULO 36. Legitimidade Ativa para Ações de	
Controle de Constitucionalidade	549
1. Noções Preliminares.....	549
2. Breve Histórico	550
3. Legitimidade Ativa nas Ações de controle	
de Constitucionalidade	552
3.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI.....	552
3.1.1. Legitimidade Ativa dos Partidos Políticos.....	557
3.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC	557
3.3. Arguição de Descumprimento de Preceito	
Fundamental – ADPF.....	557
Notas.....	559
Referências Bibliográficas.....	560
CAPÍTULO 37. Pertinência Temática	561
1. Noções Preliminares.....	561
2. Pertinência Temática como Forma de Seleção	
para Admissibilidade.....	561
3. Requisito de Admissibilidade do Instituto da Pertinência	
Temática - Constitucionalidade?.....	563
4. Considerações Finais	567
Notas.....	568
Referências Bibliográficas.....	568
CAPÍTULO 38. O Papel do PGR no Controle	
de Constitucionalidade.....	571

Referências Bibliográficas.....	577
CAPÍTULO 39. Atuação Funcional da AGU – Maior Autonomia.....	579
Referências Bibliográficas.....	582
CAPÍTULO 40. A Participação do Amicus Curiae no Processo de Democratização do Controle de Constitucionalidade	585
1. Noções Preliminares.....	585
2. Conceito e Regramento.....	585
2.1. A Admissão do Amicus Curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade e na ADPF.....	589
2.2. Outras Hipóteses de Cabimento	590
2.3. Natureza Jurídica.....	591
3. A Figura do Amicus Curiae no Novo CPC.....	591
4. Considerações Finais.....	593
Referências Bibliográficas.....	593
CAPÍTULO 41. Medida Cautelar e Decisão Definitiva	595
1. Teoria Geral	595
2. Dados Esquemáticos.....	596
3. Crítica ao Desvirtuamento do art. 12 da Lei 9868/99.....	597
4. Decisão Definitiva.....	599
Referências Bibliográficas.....	600
CAPÍTULO 42. Reclamação Constitucional.....	603
1. Origem e objeto.....	603
2. Natureza jurídica.....	605
3. Condições da Ação	609
3.1 Possibilidade Jurídica	610
3.1.1. Preservação da Competência	610
3.1.2. Garantia da Autoridade dos Julgados	611
3.1.3 Contrariedade à Súmula Vinculante	614
3.2. Interesse de Agir	615
3.3. Legitimidade Ativa.....	619
3.4. Legitimidade Passiva.....	620
4. Competência	620
5. Procedimento	621
5.1. Sentença	622
5.2. Coisa Julgada.....	623
5.3. Recursos	623

Notas.....	624
Referências Bibliográficas.....	626
CAPÍTULO 43. Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade no Brasil e uma Análise da Influência dos Modelos Austríaco, Norte-Americano e Alemão.....	629
1. Noções Preliminares.....	629
2. Panorama Geral	630
3. A Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil e a Influência dos Modelos Austríaco, Norte-Americano e Alemão no Tocante aos Efeitos Temporais da Declaração de Inconstitucionalidade.....	632
3.1. A Declaração de Efeitos Ex Tunc e a Influência do Modelo Norte-Americano no Brasil	632
3.1.1 A Origem do controle de Constitucionalidade no Brasil.....	632
3.1.2. O “Judicial Review” e a Nulidade da Lei Inconstitucional nos Estados Unidos	635
3.1.3. A Nulidade Absoluta da Lei Inconstitucional no Brasil	638
3.1.4. As Limitações do Controle Difuso e a sua Flexibilização	640
4. A Declaração de Efeitos Ex Nunc e a Influência do Modelo Austríaco no Brasil	644
4.1. A Introdução do Controle Abstrato no Brasil.....	644
4.2. O Controle Abstrato como Norma Absoluta no Modelo Austríaco	647
4.3. A Relativização do Controle Abstrato na Áustria	648
4.4. Os Efeitos do Controle de Constitucionalidade no Modelo Austríaco	648
4.5. A Justificativa para Adoção da Técnica da Anulação.....	650
4.6. A Flexibilização dos Efeitos Ex Nunc.....	651
5. As Alternativas do Modelo Alemão em Face da Insuficiência dos Efeitos Ex Tunc e a Adoção das mesmas no Brasil	652
5.1. Considerações Gerais sobre o Controle de Constitucionalidade na Alemanha	652
5.2. Os Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade na Alemanha	654
5.3. As Espécies de Decisões Previstas na Lei Orgânica do Tribunal Constitucional.....	656

5.4. A Declaração Parcial da Nulidade sem Redução de Texto	656
5.5. A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia de Nulidade	657
5.6. A Interpretação Conforme a Constituição.....	661
5.7. O Apelo ao Legislador	663
6. Constitucionalidade e Aplicação das Técnicas Limitadoras dos Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade	665
6.1 A Previsão da Restrição de Efeitos pelas Leis nº 9.868/99 e 9.882/99 em Face da Evolução do Direito Comparado e da Experiência Constitucional Brasileira	665
6.2. Espécies de Decisões com Efeitos Restritivos	669
6.3. Superação do Debate em Torno da Constitucionalidade da Limitação dos Efeitos Prevista nas Leis nº 9.868/99 e 9.882/99	671
6.4. Possibilidade da Limitação dos Efeitos no Controle Difuso.....	672
6.5. A Repercussão das Decisões com Efeitos Limitados no Controle Abstrato sobre os Casos Concretos	675
7. Segurança Jurídica e Excepcional Interesse Social	675
7.1. Algumas Considerações sobre o Estado Democrático de Direito	675
7.2. Segurança Jurídica.....	678
7.3. Excepcional Interesse Social.....	683
8. Aplicação do Preceito da Proporcionalidade na Fixação dos Efeitos	689
9. Considerações Finais	694
Referências Bibliográficas.....	697
CAPÍTULO 44. Efeito Repristinatório da Declaração de Inconstitucionalidade	703
Referências	705
CAPÍTULO 45. Controle de Constitucionalidade nos Estados.....	707
1. Noções Preliminares.....	707
2. O Controle de Constitucionalidade nos Estados.....	707
2.1. O Controle Concentrado nos Estados	708
2.2. A Inconstitucionalidade por Omissão nos Estados	710
2.3. Controle Difuso de Constitucionalidade nos Estados	711
3. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Distrito Federal	712

4. Considerações Finais.....	714
Referências Bibliográficas.....	715
Título IV - Temáticas Afins ao Controle de Constitucionalidade	719
CAPÍTULO 46. Bloco de Constitucionalidade –	
Origem e Aplicabilidade	721
1. Bloco de Constitucionalidade.....	721
1.1. Origem e Evolução.....	722
2. Constituição.....	725
2.1. Constituição em Sentido Sociológico	726
2.2. Constituição em Sentido Político.....	730
2.3. Constituição em Sentido Jurídico	732
2.4. Supremacia Formal e Material	733
3. Sistema Constitucional.....	735
3.1. Princípios	738
3.2. Regras.....	739
3.3. Preceitos Fundamentais.....	741
4. Evolução do Bloco de Constitucionalidade no Brasil	743
4.1. Utilidade e Princípios que Fundamentam a sua Existência	750
5. Consequências do Reconhecimento.....	752
5.1. Modificação da Classificação Constitucional	752
5.2. Resolução do Conflito entre Normas Constitucionais.....	753
5.3. Ampliação da Atuação do Poder Reformador no Bloco de Constitucionalidade	756
6. Considerações Finais.....	757
Notas.....	758
Referências Bibliográficas.....	760
CAPÍTULO 47. Mutação Constitucional	763
1. Notas Preliminares	763
2. Conceito.....	763
3. Natureza Jurídica e Análise do Instituto.....	764
4. Mutação Constitucional e Constituição Rígida	766
5. O Reconhecimento do Fenômeno pelo Supremo Tribunal Federal ...	766
6. Mutação Constitucional e Interpretação.....	769
7. Mutação Constitucional Inserida em uma Sociedade Aberta de Intérpretes	771

8. Considerações Finais.....	774
Notas.....	775
Referências Bibliográficas.....	776
CAPÍTULO 48. Teoria dos Motivos Determinantes.....	777
Referências Bibliográficas.....	779
CAPÍTULO 49. Teoria da Inconstitucionalidade Por Arrastamento	781
Notas.....	782
CAPÍTULO 50. Repercussão da Decisão em Controle	
Abstrato em Relação à Situações já Constituídas	783
1. Noções Preliminares.....	783
2. Os Efeitos da Decisão Proferida em Sede de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade.....	783
3. A Declaração de Inconstitucionalidade diante da Mudança das Relações Fáticas	784
4. O Controle de Constitucionalidade e a “Mitigação” da Teoria da Nulidade.....	785
5. A Declaração de Inconstitucionalidade e os Atos Singulares Praticados com Base em Ato Normativo Declarado Inconstitucional.	787
6. Considerações Finais.....	787
Notas.....	788
Referências Bibliográficas.....	789
CAPÍTULO 51. Relativização da Coisa Julgada Inconstitucional	791
1. Noções Preliminares.....	791
2. Efeito da Decisão Declarada Inconstitucional em Relação à Coisa Julgada	794
3. Princípio da Segurança Jurídica	797
4. Meios de Controle da Coisa Julgada Inconstitucional.....	799
4.1. Ação Rescisória	800
4.2. Ação Declaratória de Inexistência	802
4.3. Embargos à Execução	804
5. Proteção à Constituição	806
6. Considerações Finais.....	807
Referências Bibliográficas.....	808
CAPÍTULO 52. Incorporação dos Tratados Internacionais ao Ordenamento Interno e as Alterações Promovidas pela EC. 45	813

1. Noções Preliminares.....	813
2. O Direito Internacional no Plano Interno	814
2.1. Evolução do Direito Internacional e Características da Atual Sociedade Internacional	814
2.2. Relação entre Direito Internacional e Direito Interno.....	818
2.3. Processo de Incorporação dos Tratados Internacionais.....	820
3. Plano Normativo dos Tratados Internacionais no Direito Brasileiro	824
3.1 Força Normativa dos Tratados Internacionais.....	824
3.2 Controle de Constitucionalidade de Tratados Internacionais.....	828
3.3. Controle de Convencionalidade de Tratados Internacionais.....	831
4. Considerações Finais	833
Referências Bibliográficas.....	834

Título V - Neoconstitucionalismos Processuais já

Incorporados ou em Processo de Maturação no Direito Brasileiro.....	835
CAPÍTULO 53. Stare Decisis e a Rcl. 4335.....	837
1. Exposição: Conceito, Origem e Fundamentos.....	837
2. A Reclamação 4335	842
3. Histórico do Stare decisis e as Repercussões no Direito Brasileiro....	843
4. Considerações Finais	850
Referências Bibliográficas.....	851
CAPÍTULO 54. Estudo sobre Súmulas Vinculantes.....	853
1. Noções Preliminares.....	853
2. Conceito.....	854
3. Requisitos para Edição de Súmula Vinculante.....	854
4. Quanto a Lei 11.417/06.....	856
5. Efeitos das Súmulas Vinculantes nas Decisões em Juízo Monocrático	858
5.1 Digressões Contrárias à Adoção do Modelo de Súmula Vinculante.....	858
5.1.1 Violação ao Princípio Publicizado por Montesquieu.....	859
5.1.2 Violação ao Princípio do Juiz Natural e sua Autonomia.....	863
5.1.3. Engessamento da Jurisprudência.....	865
5.2. Argumentos Favoráveis à Adoção das Súmulas Vinculantes	866
5.2.1. Combate à Morosidade do Poder Judiciário.....	866

5.2.2 Respeito ao Princípio da Segurança Jurídica.....	868
5.2.3 Ponderações a Respeito do Princípio da Isonomia	869
6. Considerações Finais.....	869
Referências Bibliográficas.....	873
CAPÍTULO 55. A Teoria da Abstrativização e a	
Recl. 4335/AC – Efeitos Erga Omnes ou Expansivo	
às Decisões em Controle Difuso?	877
1. Lei n. 8.072/90 Vedava a Progressão para Crimes	
Hediondos e Equiparados.....	877
2. Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade nos	
Termos da Teoria Clássica.....	878
3. Efeitos da Declaração nos Termos da Teoria da	
Abstrativização no Controle Difuso.....	879
4. A Discussão na Recl. 4335/AC.....	880
5. Criação da Súmula Vinculante 26.....	881
6. Argumentos de Alguns dos Ministros.....	882
7. Conclusões.....	884
Referências Bibliográficas.....	885
CAPÍTULO 56. Sentenças Aditivas.....	887
1. Panorama Geral.....	887
2. As Sentenças Aditivas no Direito Alienígena Italiano,	
Alemão e Português	889
3. As Sentenças Aditivas no Brasil	892
4. Considerações Finais.....	897
Referências Bibliográficas.....	897
CAPÍTULO 57. Os Novos Instrumentos de uma	
Jurisdição mais Ativa	901
1. Conceito	901
2. Particularidades sobre Overruling.....	901
3. Particularidades sobre Distinguishing	904
4. Jurisprudência Defensiva	906
Notas.....	906
Referências Bibliográficas.....	907
Título VI - Visão Prospectiva e Conclusão	911
CAPÍTULO 58. Visão em Prospecção das Relações Sociais	
com a Constituição e a Democracia.....	913

Referências Bibliográficas.....	915
CAPÍTULO 59. Supremacia Constitucional Comunitária	
como Ameaça a Supremacia Constitucional Interna?.....	917
Notas.....	921
Referências Bibliográficas.....	921
CAPÍTULO 60. Modelo de STJ Desconstitucionalizado? Soluções.	923
Referências Bibliográficas.....	928
CAPÍTULO 61. Tentativas de Golpes na Democracia	
com as PECs 37 e 33.....	929
1. PEC 37 em Abordagem Crítica	929
2. PEC 33 em Abordagem Crítica	933
3. Considerações Finais	936
Referências Bibliográficas.....	936
 Título VII - Estudo Preliminar de Pontos Pertinentes	
do Novo CPC em processo de Filtragem Constitucional	941
CAPÍTULO 62. Cabe Mitigação ao Princípio da	
Reserva de Plenário? Uma Nova Tendência?	943
Referências Bibliográficas.....	947
CAPÍTULO 63. Inconstitucionalidades que nos são	
pertinentes e que já vislumbramos com o novo CPC –	
Reclamação Constitucional.....	949
Referências Bibliográficas.....	959
CAPÍTULO 64. Novo CPC em sintonia com a Constituição	
e buscando reafirmar sua efetividade	961
CAPÍTULO 65. O novo CPC e o STF – Repercussões sobre	
o seu sistema como o ideário de Corte Constitucional.....	967
1. Parte Expositiva item por item:	967
2. Em Conclusão	972
CAPÍTULO 66. O Incidente de demandas repetitivas	
no novo CPC em iniciais percepções	975
1. Noções Introdutórias.....	975
2. As Teses Jurídicas Repetitivas e o Novel Incidente de Resolução.....	977
3. Considerações Finais	984
Notas:	985

CAPÍTULO 67. Coisa julgada no Novo CPC e o período de vacatio legis	987
1. Coisas Julgadas Comum e Excepcional	987
1.1. Regime Excepcional da Coisa Julgada	988
1.2. Notas finais Quanto a Coisa Julgada.....	990
2. Prazo de Vacatio Legis	990
CAPÍTULO 68. O Novo CPC e a Razoável Duração do Processo, Será?	993
Título VIII - O Direito Constitucional Internacional	999
CAPÍTULO 69. O Transconstitucionalismo	1001
1. Aspectos Introdutórios e Generalidades.....	1001
2. O Transconstitucionalismo e os Direitos Humanos – Corte Metodológico	1005
3. O Transconstitucionalismo e o Supremo Tribunal Federal.....	1008
4. Caso: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental N. 153/Df – “Caso Gomes Lund”	1010
5. Disposições Suplementares e Conclusão	1011
Bibliografia	1015
CAPÍTULO 70. Panconstitucionalismo Como Uma Crítica ao Neoconstitucionalismo.....	1019
Referências	1024
Conclusão da Obra.....	1027